

# TERMO DE COLABORAÇÃO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ANEXO III – PLANO DE TRABALHO

#### **PLANO DE TRABALHO**

### 1. Identificação do serviço:

- 1.1. Serviço (objeto da parceria): Serviço Complementar para Atendimento à Pessoa com Deficiência
- 1.2. Quantidade de grupos solicitados: 2 (dois) grupos com capacidade de atendimento de até 30 (trinta) usuários cada, totalizando 60 (sessenta) usuários
- 1.3. Abrangência: Município

### 2. Identificação da organização da sociedade civil:

- 2.1. Nome da instituição: PRÓ-VISÃO Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual
- 2.2. Nº do CNPJ da instituição: 51.917.995/0001-90
- 2.3. Website oficial da instituição: www.provisao.org.br

### 3. Unidade executora:

- 3.1. Nome da Unidade Executora: PRÓ-VISÃO Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual
- 3.2. Nº do CNPJ da unidade executora: 51.917.995/0001-90
- 3.3. Endereço da unidade executora: Avenida Antônio Carlos Salles Junior, № 580 –
   Bairro: Jardim Proença CEP: 13100-410 Campinas SP
- 3.4. Telefone da unidade executora: (19) 3254-4648
- 3.5. E-mail da unidade executora: provisao@provisao.org.br

#### 3.6. Descrição da infraestrutura física existente na unidade executora:

01 sala de recepção e acolhida, 05 salas de atendimento coletivo, 01 sala para equipe técnica, 01 sala de alfabetização em Braille; 01 sala de atendimento psicológico, 01 salão multiuso; 01 sala administrativa; 01 sala para Gráfica Braille; 01 sala de telemarketing; 01 sala de diretoria, 02 cozinhas, 01 refeitório; 01 lavanderia, 06 banheiros, sendo 02 com vestiários masculino e feminino, 01 piscina aquecida; 01 sala para almoxarifado, 03 jardins de inverno, 01 sala para café.



## 3.7. Descrição dos materiais, equipamentos e meios de transporte disponíveis para o serviço na unidade executora:

Computadores, televisão, scanner, impressoras, recursos ópticos, materiais e jogos pedagógicos, sofá, máquinas Braille, impressora Braille, 01 tablado de madeira, materiais de escritório, arquivos, mesas, cadeiras, mesas de escritório, chromebook, notebook, baias de call center, mesas e cadeiras para o refeitório, armários, ventiladores, ar condicionados, aparelhos de telefone fixo e móvel, fogão, fogão industrial, geladeira, máquina de lavar roupas, micro-ondas, máquina de lavar roupas, gaveteiros, equipamentos para atividades na piscina, Bancos de madeira pedagógicos.

## 4. Descrição da realidade que será objeto da parceria (apresentação de breve diagnóstico social, com descrição e análise da realidade que será objeto da parceria):

A realidade social das pessoas com deficiência visual no Brasil apresenta desafios significativos que exigem atenção e esforços conjuntos para promover inclusão e garantir o pleno exercício de seus direitos. Segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 203.080.756 habitantes, dos quais cerca de 6,1 milhões apresentam algum tipo de deficiência visual. Esse grupo é composto por 500 mil pessoas cegas e 5,6 milhões com baixa visão, o que corresponde a aproximadamente 3,0% da população brasileira. Desses, 8,2% são cegas, enquanto 91,8% possuem baixa visão.

A tendência é que o número de pessoas com deficiência visual continue a crescer, principalmente devido ao envelhecimento populacional e à prevalência de doenças relacionadas à idade. Esse cenário impõe sérias limitações no cotidiano das pessoas afetadas, dificultando atividades básicas, o acesso ao trabalho e a locomoção em espaços públicos e privados.

Em Campinas, de acordo com dados do Sistema Integrado de Governança Municipal (SIGM), levantados em janeiro de 2025, existem 47.011 pessoas com algum tipo de deficiência. Dessas, 6.453 têm deficiência visual, o que representa 0,57% da população total



do município. Apesar de os números parecerem pequenos, refletem uma demanda significativa por ações específicas e direcionadas. Atualmente, nossa iniciativa atende 60 pessoas com deficiência visual, o que corresponde a 0,93% desse público. Embora esse número pareça modesto, cada atendimento representa uma conquista essencial para a inclusão e o desenvolvimento social.

As principais causas de deficiências visuais que podem levar à baixa visão destacamos a catarata congênita, retinopatia da prematuridade, diversas síndromes, doenças neuro-lógicas, retinose pigmentar (uma doença que surge quando as estruturas fotorreceptoras do olho - cones e bastonetes - prejudicam a formação da imagem pela retina); retinopatia diabética e Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI).

A deficiência visual não escolhe idade, condição social ou gênero, mas está profundamente ligada a fatores como pobreza e exclusão social. Pessoas em situação de vulnerabilidade sofrem ainda mais os impactos da deficiência, enfrentando barreiras que dificultam sua inclusão e autonomia. Nesse sentido, é crucial ir além de uma visão assistencialista, promovendo ações que assegurem o pleno exercício dos direitos sociais e individuais dessas pessoas.

Embora os avanços na legislação e nas políticas públicas tenham trazido conquistas importantes, a transformação cultural permanece como um grande desafio. É fundamental que todos se reconheçam como agentes dessa mudança, contribuindo para redefinir o papel das pessoas com deficiência na sociedade. Isso inclui valorizar suas histórias, promover a conscientização sobre seus direitos e fortalecer sua participação cidadã.

Na perspectiva da habilitação e reabilitação visual, trabalhamos para garantir a transversalidade e a intersetorialidade das ações, superando barreiras atitudinais, sociais, culturais, arquitetônicas e tecnológicas. Nosso objetivo é contribuir para a autonomia e o protagonismo das pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão plena na sociedade. A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, bem como a promoção de sua

inclusão à vida comunitária, constituem um processo que envolve um conjunto articulado de ações de diferentes políticas públicas. Essas ações enfrentam as barreiras impostas



pela deficiência e pelo meio, cabendo à assistência social oferecer suporte para fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover a autonomia, a independência, a segurança, o acesso aos direitos e a participação plena e efetiva na sociedade, conforme preconiza a Resolução CNAS nº 34, de 28 de novembro de 2011.

Nosso serviço será direcionado ao atendimento de indivíduos e famílias com pessoas com deficiência visual cujas limitações foram agravadas por violações de direitos. Essas violações incluem exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no ambiente familiar, falta de cuidados adequados por parte de cuidadores, desvalorização das potencialidades da pessoa, entre outros fatores que intensificam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Com ações articuladas e foco na inclusão, buscamos transformar essa realidade, garantindo dignidade, igualdade de oportunidades e acesso pleno aos direitos para as pessoas com deficiência visual.

#### Referências:

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006).

Pesquisa e Censo sobre Deficiência no Brasil (IBGE, 2022).

Resolução CNAS nº 34, de 28 de novembro de 2011.

Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

5. Público-alvo: Pessoas com deficiência dos seguintes tipos: múltiplas, visual, auditiva, física, autismo e síndrome de Down e seus familiares em situação de violação de direitos.
Observação: Tendo como público prioritário pessoas com deficiência visual e seus familiares, em situação de violação de direitos.

6. Descrição das atividades a serem executadas, das estratégias metodológicas, da periodicidade, das metas a serem atingidas e das estratégias de avaliação para cada



### atividade a ser executada:

ATIVIDADE 1	Atendimento individual
	O atendimento individual é uma atividade metodológica que visa
	atender as demandas específicas dos usuários, promovendo acolhi-
	mento, escuta qualificada e a construção de planos de acompanha-
	mento personalizados. A estratégia metodológica baseia-se em prin-
	cípios éticos, sigilo profissional e na garantia de direitos, buscando
	compreender as necessidades e potencialidades dos indivíduos no
	contexto de vulnerabilidade social.
	A execução ocorre em etapas estruturadas: acolhimento inicial, diag-
	nóstico socioterritorial, identificação das demandas e construção
DESCRIÇÃO	conjunta do Plano Individual de Atendimento Familiar – PIFA.
	O diálogo ativo entre o profissional e o usuário é central, incenti-
	vando sua participação no planejamento e nas decisões que impac-
	tam sua vida. Os usuários são envolvidos ativamente, comparti-
	Ihando informações, expressando suas perspectivas e contribuindo
	para a definição de estratégias que promovam autonomia, integração
	comunitária e acesso a direitos. Essa abordagem fortalece vínculos
	e promove a corresponsabilidade, essencial para o sucesso do aten-
	dimento.
PERIODICIDADE	Disponibilidade diária
	A meta do atendimento individual na Política de Assistência Social
	combina objetivos qualitativos e quantitativos para atender às neces-
	sidades dos usuários com eficiência e impacto positivo. No âmbito
META	qualitativo, busca-se promover uma escuta qualificada, garantindo
	acolhimento ético, empático e respeitoso às singularidades de 100%
	dos usuários atendidos, com estratégias adaptadas às demandas
	apresentadas. Visa fortalecer a autonomia por meio do acesso a



	direitos, serviços e recursos que promovam inclusão social.
	Quantitativamente, a meta inclui realizar ao menos 20 atendimentos
	individuais mensais, assegurando o acompanhamento contínuo dos
	usuários, além de garantir que pelo menos 85% resultem em enca-
	minhamentos eficazes ou acesso a serviços necessários. O atendi-
	mento individual é central para identificar demandas concretas, for-
	talecer vínculos e criar soluções personalizadas, em conformidade
	com os princípios da Política Nacional de Assistência Social.
	A avaliação da atividade terá como objetivo aferir o cumprimento das
	metas, considerando os impactos no fortalecimento da autonomia e
	qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias.
	As estratégias avaliativas serão qualitativas e quantitativas. No as-
	pecto qualitativo, serão feitas entrevistas semiestruturadas com usu-
	ários e famílias para analisar a percepção sobre a qualidade do aten-
	dimento, acolhimento e efetividade dos planos de acompanhamento.
	A observação de mudanças no cotidiano, como maior acesso a direi-
AVALIAÇÃO	tos e inclusão social, será um parâmetro essencial.
	Quantitativamente, serão analisados o número de atendimentos rea-
	lizados, o percentual de PIFA elaborados e monitorados, e a taxa de
	encaminhamentos concluídos com sucesso. Ferramentas como re-
	latórios técnicos, prontuários físicos e no SIGM e análise de indica-
	dores serão utilizadas.
	Essa abordagem permitirá avaliar metas, ajustar intervenções e ga-
	rantir atendimento integral e contínuo.
	Registro dos atendimentos no SIGM.

ATIVIDADE 2	Articulação com a rede de serviços/políticas setoriais
DESCRIÇÃO	A estratégia metodológica baseia-se no mapeamento e identificação
	de serviços disponíveis no território, incluindo saúde, educação,



trabalho, justica, cultura e esporte, e na construção de parcerias efetivas que ampliem a oferta e a acessibilidade das ações. A forma de execução envolve reuniões com os representantes das redes setoriais, elaboração de fluxos de atendimento integrados, e realização de capacitações conjuntas entre os profissionais das diferentes áreas. Além disso, prevê-se a criação de canais de comunicação diretos e ágeis para facilitar encaminhamentos e acompanhamento dos casos. Os usuários e suas famílias são envolvidos ativamente no planejamento e na execução, por meio de momentos de escuta qualificada, participação em reuniões e oficinas de sensibilização e informação sobre seus direitos e os serviços disponíveis. Esse envolvimento fortalece a corresponsabilidade no processo e promove a autonomia, garantindo que as ações desenvolvidas estejam alinhadas às suas demandas reais e contribuam para a superação de vulnerabilidades. **PERIODICIDADE** Mensal ou conforme a demanda A meta da articulação com a rede de serviços e políticas setoriais para habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e suas famílias une objetivos qualitativos e quantitativos. No âmbito qualitativo, busca-se fortalecer a intersetorialidade, promovendo alinhamento entre políticas públicas e serviços do território, assegurando acesso contínuo e integral aos direitos das pessoas **META** com deficiência. Pretende-se consolidar uma rede integrada e colaborativa, que atenda de forma responsiva às demandas, promovendo autonomia e inclusão social. Quantitativamente, a meta prevê a participação em pelo menos 12 reuniões intersetoriais anuais e o encaminhamento adequado de

7

100% dos usuários que necessitarem, com acompanhamento



efetivo.
A articulação é estratégica para garantir que as demandas sejam
atendidas de forma integrada e contribuir para a superação de vul-
nerabilidades, fortalecendo a efetividade das ações de habilitação e
reabilitação.
A avaliação da atividade será conduzida para aferir o cumprimento
das metas e aprimorar os processos de articulação. Serão utilizadas
estratégias qualitativas e quantitativas, considerando os resultados
alcançados e a percepção dos envolvidos.
No âmbito qualitativo, serão realizadas entrevistas com usuários, fa-
mílias e profissionais dos serviços parceiros, analisando a efetivi-
dade dos encaminhamentos, a qualidade da comunicação entre se-
tores e o impacto das ações na vida das pessoas com deficiência.
Serão avaliados relatos de casos bem-sucedidos e dificuldades na
articulação intersetorial.
Quantitativamente, serão monitorados indicadores como o número
de reuniões intersetoriais com participação da instituição, fluxos for-
malizados, número de usuários encaminhados e a proporção de en-
caminhamentos que resultaram em acesso efetivo aos serviços. Re-
latórios técnicos, registros no CIPS e SIGM, prontuários e atas das
reuniões consolidarão as informações.
Essa abordagem identificará avanços, lacunas e melhorias, fortale-
cendo a articulação na habilitação e reabilitação das pessoas com
deficiência.

ATIVIDADE 3	Atendimento ao grupo familiar – I
DESCRIÇÃO	Esta atividade em grupo será realizada pela equipe psicossocial com
	mães/responsáveis que ficam aguardando os usuários serem



atendidos na instituição.

Busca fortalecer vínculos familiares, promover o acesso a direitos e ampliar as capacidades de cuidado e proteção. As estratégias metodológicas baseiam-se no diálogo, na mediação de conflitos comuns e na valorização das potencialidades das famílias, com a utilização de técnicas como rodas de conversa, dinâmicas grupais e oficinas socioeducativas.

A execução ocorre em encontros quinzenais, organizados em espaços acessíveis e acolhedores, garantindo a presença dos membros das famílias envolvidos no cuidado da pessoa com deficiência. Os encontros incluem momentos de escuta qualificada, troca de experiências e construção conjunta de estratégias para lidar com desafios cotidianos, como acesso a serviços de saúde, educação e trabalho. As famílias/responsáveis são envolvidas no planejamento desde o início, sendo estimuladas a identificar suas demandas, expectativas e prioridades. Essa participação ativa fortalece a corresponsabilidade e a confiança entre famílias e equipe técnica, promovendo um ambiente de cooperação mútua.

### **PERIODICIDADE**

### Quinzenal

### META

Qualitativamente, a meta é promover o fortalecimento dos vínculos entre o grupo de familiares/responsáveis, garantir apoio emocional e informativo e propiciar a troca de experiências para que a busca de soluções de uma família possa auxiliar a solução de problemas de outras famílias também, além de estimular a participação ativa nas estratégias de habilitação e reabilitação. Busca-se ampliar a autonomia das famílias no acesso a direitos e na superação de barreiras que impactem a qualidade de vida da pessoa com deficiência. Quantitativamente, objetiva-se realizar um mínimo de 2 encontros



	mensais com grupos familiares, porém, o atendimento ao grupo de
	familiares é um processo contínuo. Desta forma buscaremos atender
	a 100% das famílias. Além disso, espera-se que pelo menos 85%
	das famílias atendidas relatem avanços na superação de dificulda-
	des ou no acesso a serviços especializados, aferidos por meio de
	entrevistas e questionários aplicados.
	A avaliação do atendimento ao grupo familiar visa mensurar o cum-
	primento das metas e o impacto das intervenções realizadas, utili-
	zando estratégias qualitativas e quantitativas para uma análise pre-
	cisa.
	Qualitativamente, serão feitas entrevistas com as famílias para ava-
	liar a qualidade do atendimento, a relevância das intervenções e mu-
	danças na autonomia e bem-estar da pessoa com deficiência. Gru-
	pos focais também serão realizados para captar relatos e sugestões,
~	aprofundando a compreensão dos avanços e desafios.
AVALIAÇAO	Quantitativamente, indicadores como frequência nos encontros, pro-
	porção de planos elaborados e monitorados, e taxa de cumprimento
	de metas individuais ou familiares serão analisados. Ferramentas
	como relatórios técnicos, registros de atendimento e formulários de
	avaliação ao final dos ciclos de encontros consolidarão os dados.
	Essa avaliação permitirá aferir resultados, ajustar estratégias e iden-
	tificar boas práticas, assegurando a continuidade e qualidade das
	ações para a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e
	sua família. Registro no SIGM.
AVALIAÇÃO	liar a qualidade do atendimento, a relevância das intervenções e m danças na autonomia e bem-estar da pessoa com deficiência. G pos focais também serão realizados para captar relatos e sugestõe aprofundando a compreensão dos avanços e desafios.  Quantitativamente, indicadores como frequência nos encontros, p porção de planos elaborados e monitorados, e taxa de cumprimer de metas individuais ou familiares serão analisados. Ferrament como relatórios técnicos, registros de atendimento e formulários avaliação ao final dos ciclos de encontros consolidarão os dados. Essa avaliação permitirá aferir resultados, ajustar estratégias e ide tificar boas práticas, assegurando a continuidade e qualidade da ações para a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência

ATIVIDADE 4	Atendimento ao grupo familiar – II
DESCRIÇÃO	Atendimento realizado pela equipe técnica em ambiente reservado,
	garantindo o sigilo das informações.



O atendimento ao grupo familiar é um processo de acolhimento e escuta que visa atender as dúvidas, demandas específicas dos familiares e ou responsáveis em condição de estratégias e de acompanhamentos específicos. A estratégia metodológica baseia-se em princípios éticos, sigilo profissional e na garantia de direitos, buscando compreender as necessidades e potencialidades dos indivíduos no contexto de vulnerabilidade social.

Sua execução é permeada por etapas: o acolhimento inicial, identificação das demandas e construção de ações frente às demandas apresentadas. O diálogo deve ser ativo entre o profissional e a pessoa do grupo familiar, incentivando sua participação no planejamento e nas decisões que impactam sua vida.

Durante os atendimentos são estimulados a expressar suas perspectivas e contribuir para a definição de ações que promovam a autonomia, integração comunitária e acesso aos direitos. Essa abordagem fortalece vínculos e promove a corresponsabilidade.

#### **PERIODICIDADE**

Semanal, ou conforme a demanda.

### META

A meta dentro da Política da Assistência Social aos atendimentos com o grupo familiar adentra aos objetivos qualitativos e quantitativos para atender às necessidades dos usuários e familiares com impacto positivo. No âmbito qualitativo, busca promover acolhimento ético e respeitoso a todo o público atendido, visando a busca por estratégias e referenciamentos das demandas apresentadas. Visa o fortalecimento da autonomia, o acesso aos direitos, serviços e inclusão social.

Quantitativamente, a meta inclui realizar ao menos 20 atendimentos mensais, em acompanhamento contínuo junto aos atendidos, além de garantir que 100% dos casos que necessitem de



	encaminhamentos sejam executados. Este atendimento permite criar
	soluções personalizadas em concordância com os princípios da Po-
	lítica Nacional de Assistência Social.
	A avaliação da atividade deve estar em concordância ao cumpri-
	mento das metas, considerando o fortalecimento da autonomia e
	qualidade de vida das pessoas e famílias.
	As estratégias avaliativas serão qualitativas e quantitativas. No as-
	pecto qualitativo, serão feitas entrevistas com o familiar ou respon-
	sável atendido para analisar sobre a qualidade do atendimento, aco-
	Ihimento e efetividade dos planos de acompanhamento. A observa-
AVALIAÇÃO	ção de mudanças no cotidiano, como maior acesso a direitos e inclu-
	são social, será um parâmetro essencial.
	Quantitativamente, serão analisados os números de atendimentos
	realizados e a taxa de encaminhamentos concluídos com sucesso.
	Ferramentas como relatórios técnicos, prontuários físicos e no SIGM
	e análise de indicadores serão utilizadas.
	Essa abordagem permitirá avaliar metas, ajustar intervenções e ga-
	rantir atendimento integral e contínuo. Registro no SIGM.

ATIVIDADE 5	Atividades grupais e/ou oficinas de cunho socioeducativo – Grupos de adultos/idosos
DESCRIÇÃO	A atividade tem como objetivo promover a elaboração psicossocial dos participantes, fortalecendo a autoestima, os vínculos afetivos e reduzindo a resistência nas relações interpessoais, além de incentivar a expressividade. O grupo de adultos/idosos contará com discussões sobre temas específicos e atividades sociais que favoreçam a troca de experiências e o suporte mútuo.  Os encontros regulares permitirão o compartilhamento de vivências e desafios relacionados à deficiência visual, abordando temas como



	autonomia, inclusão social e convivência familiar. As oficinas inclui-
	rão dinâmicas para estimular a comunicação, empatia e fortaleci-
	mento das redes de apoio.
	Os participantes contribuirão no planejamento, sugerindo temas e
	atividades, assegurando ações significativas que atendam às suas
	necessidades. Esse processo participativo promoverá maior engaja-
	mento, fortalecendo autoestima, autonomia e estratégias de adapta-
	ção e superação.
PERIODICIDADE	Semanal
	A meta da atividade busca promover espaços de convivência, apren-
	dizado e troca de experiências. Qualitativamente, a meta é fortalecer
	os vínculos familiares e comunitários, promover a inclusão social e
	ampliar o conhecimento dos participantes sobre seus direitos e es-
	tratégias de superação de vulnerabilidades.
	Quantitativamente, objetiva-se realizar no mínimo 04 encontros men-
META	sais, com a participação efetiva de 05 usuários por grupo, totalizando
	20 pessoas atendidas. Pretende-se que 80% dos participantes rela-
	tem melhorias na convivência familiar e social, e que pelo menos
	60% demonstre maior autonomia no acesso a serviços e recursos da
	rede socioassistencial e intersetorial. O nexo com a atividade está na
	promoção de habilidades socioemocionais, fortalecimento da autoe-
	stima e construção de um ambiente coletivo de apoio.
	A avaliação da atividade será contínua e processual, utilizando es-
AVALIAÇÃO	tratégias qualitativas e quantitativas para medir o cumprimento das
	metas. Qualitativamente, serão realizadas entrevistas, rodas de con-
	versa e observações diretas durante os encontros, coletando percep-
	ções sobre o impacto das atividades na vida pessoal e familiar, além
	de avaliar a interação e o engajamento dos usuários.



Quantitativamente, serão monitorados indicadores como frequência nos encontros, taxa de adesão ao ciclo de atividades e número de encaminhamentos efetivados. Questionários de autoavaliação e relatos de mudanças percebidas serão analisados para identificar avanços em autonomia, fortalecimento de vínculos e acesso a direitos.

Relatórios técnicos mensais consolidarão os dados e serão discutidos em reuniões de equipe para ajustar estratégias conforme necessário. Também serão inseridos registros no SIGM.

Essa avaliação permitirá aferir o alcance das metas, garantindo a qualidade e relevância das intervenções realizadas.

ATIVIDADE 6	Atividades grupais e/ou oficinas de cunho socioeducativo – Grupos de adolescentes
	A atividade tem como objetivo auxiliar os participantes na formação
	da identidade, no reconhecimento das mudanças da adolescência e
	na aceitação dessa fase de transição. O grupo busca promover a
	identificação entre os adolescentes, oferecendo um espaço seguro
	para a troca de experiências e o suporte mútuo.
	A metodologia será baseada em grupos operativos, com discussões
~	orientadas por temas específicos, além de atividades práticas e soci-
DESCRIÇÃO	ais que estimulem a interação e o compartilhamento de vivências.
	Essas ações visam fortalecer a autoestima, compreender as implica-
	ções da deficiência visual e desenvolver estratégias de adaptação
	social.
	Os encontros regulares serão mediados por Psicólogos e Assistentes
	Sociais, que facilitarão o diálogo e proporão dinâmicas participativas.
	O envolvimento dos adolescentes será incentivado por consultas



r	,
	prévias, permitindo a sugestão de temas e atividades de interesse.
	Assim, a atividade promove a autonomia e fortalece redes de apoio
	entre os participantes.
PERIODICIDADE	Semanal
	A meta das atividades grupais e/ou oficinas socioeducativas voltadas
	para adolescentes com deficiência e suas famílias combina objetivos
	qualitativos e quantitativos, alinhados ao foco na habilitação e reabi-
	litação. Qualitativamente, busca-se fortalecer o protagonismo, a so-
	cialização e a autoestima dos adolescentes, promovendo a inclusão
	social e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cogni-
	tivas. Também visa sensibilizar as famílias para o papel de apoio e
	incentivo na construção de trajetórias de vida mais autônomas e dig-
META	nas.
	Quantitativamente, objetiva-se atender no mínimo 05 adolescentes
	por grupo, com a realização de no mínimo 04 encontros mensais,
	totalizando 20 pessoas atendidas. Cada encontro será planejado
	com atividades diversificadas, como dinâmicas, oficinas práticas e ro-
	das de conversa, garantindo que pelo menos 55% dos participantes
	demonstrem progresso em indicadores específicos, como melhoria
	na interação social, aumento de participação ativa e relatos de im-
	pacto positivo pelas famílias.
	A avaliação das atividades grupais e/ou oficinas será realizada por
	meio de estratégias qualitativas e quantitativas, permitindo medir o
	cumprimento das metas e o impacto nas vidas dos adolescentes e
AVALIAÇÃO	suas famílias.
,	Qualitativamente, serão utilizados diários de bordo dos facilitadores,
	entrevistas semiestruturadas com adolescentes e familiares, e regis-
	tros de observação durante as atividades, com foco no engajamento,



interação social e mudanças nas dinâmicas familiares. Rodas de avaliação coletiva com os adolescentes fornecerão feedback sobre as oficinas e sugestões de aprimoramento.

Quantitativamente, serão monitorados indicadores como frequência dos participantes, percentual de atividades realizadas conforme o cronograma e resultados em escalas de avaliação de habilidades sociais e emocionais aplicadas no início, durante e ao final das oficinas. Também serão inseridos registros no SIGM. Relatórios trimestrais consolidarão os dados e permitirão ajustes nas estratégias conforme as demandas identificadas.

ATIVIDADE 7	Atendimento individual em orientação e mobilidade
	A atividade de atendimento individual em Orientação e Mobilidade
	tem como objetivo proporcionar autonomia na locomoção, autocon-
	fiança, aumento da autoestima e independência ao deficiente visual,
	promovendo sua integração social. A abordagem metodológica é
	personalizada, focada nas necessidades do usuário, utilizando téc-
	nicas como o uso da bengala, treinamento de percepção sensorial e
	identificação de pontos de referência no ambiente.
DESCRIÇÃO	A execução é planejada em etapas: avaliação inicial das habilidades,
	elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) com o usu-
	ário e sua família, e atividades práticas e teóricas. As atividades in-
	cluem simulações de rotas, uso de tecnologias assistivas e mobili-
	dade em espaços internos e externos.
	O envolvimento ativo do usuário no planejamento é essencial, ga-
	rantindo que as estratégias atendam às suas expectativas. A partici-
	pação da família é incentivada para reforçar o aprendizado e apoiar
	a autonomia e inclusão social do usuário.



PERIODICIDADE	Diária
	A meta da atividade busca fomentar o desenvolvimento da autono-
	mia e da segurança no deslocamento, promovendo técnicas e orien-
	tações adaptadas às necessidades de cada pessoa com deficiência
	visual (cego ou baixa visão). Paralelamente, visa-se fortalecer o en-
	volvimento familiar, incentivando a corresponsabilidade e o apoio no
	processo de habilitação e reabilitação.
	Quantitativamente, a meta inclui a realização de 100 atendimentos
META	mensais, abrangendo um total de 30 usuários atendidos regular-
	mente. Pretende-se que 90% desses usuários possuam planos per-
	sonalizados de orientação e mobilidade, com pelo menos 80% apre-
	sentando avanços significativos em sua capacidade de desloca-
	mento e maior integração às atividades sociais e comunitárias. Essa
	meta está intrinsecamente ligada ao objetivo de inclusão social e de
	promoção do acesso a direitos, consolidando a autonomia das pes-
	soas com deficiência.
	A avaliação da atividade será realizada com estratégias qualitativas
	e quantitativas, garantindo um diagnóstico preciso do cumprimento
	das metas. Qualitativamente, serão feitas entrevistas semiestrutura-
	das com os usuários e suas famílias, explorando percepções sobre
	os avanços em autonomia e mobilidade, além do impacto no cotidi-
AVALIAÇÃO	ano e na inclusão social. A observação direta nas sessões práticas
AVALIAÇÃO	ajudará a avaliar resultados e identificar dificuldades persistentes.
	Quantitativamente, a avaliação incluirá indicadores como o número
	de atendimentos, o percentual de usuários com planos elaborados e
	a adesão e conclusão das atividades. Relatórios Técnicos, registros
	em prontuários e questionários de autoavaliação serão utilizados
	para medir os progressos.



Essa avaliação contínua permitirá ajustes metodológicos, garantindo o cumprimento das metas e assegurando que o atendimento contribua efetivamente para a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência. Registro no SIGM.

ATIVIDADE 8	Discussão de caso
	A atividade consiste em um espaço coletivo e técnico para análise
	e construção de estratégias de intervenção intersetorial. A metodo-
	logia é interdisciplinar, garantindo a articulação entre saberes e prá-
	ticas, com princípios éticos como sigilo e respeito à autonomia dos usuários.
	A execução é feita em etapas: identificação do caso, levantamento
	de informações por meio de registros e entrevistas, reuniões com a
~	equipe técnica e, quando necessário, participação do usuário e/ou
DESCRIÇÃO	sua família. Esse envolvimento é crucial para considerar suas de-
	mandas, expectativas e conhecimentos.
	Durante a discussão, são delineadas estratégias de habilitação e
	reabilitação, incluindo acesso a serviços especializados, fortaleci-
	mento de vínculos e promoção de direitos. Os resultados são regis-
	trados e monitorados, assegurando a continuidade do atendimento
	e a adequação das intervenções, com protagonismo do usuário e
	sua família no planejamento.
PERIODICIDADE	De acordo com a demanda
	Promover a análise técnica e interdisciplinar dos casos, garantindo
	a construção de estratégias individualizadas e intersetoriais de ha-
META	bilitação e reabilitação.
	Estimular a troca de saberes entre os profissionais envolvidos, for-
	talecendo a capacidade técnica da equipe e a compreensão



ampliada das demandas apresentadas pelos usuários.	
Assegurar a centralidade do usuário no processo, priorizando a	ões
que valorizem sua autonomia e qualidade de vida.	
Análise documental: Será realizada por meio do acompanham	ento
dos registros de discussões de caso, verificando a adequação	dos
planos de ação elaborados e a frequência das reuniões.	
Monitoramento de resultados: Serão avaliados os encaminhar	nen-
tos efetivados e a adesão dos usuários às estratégias propos	tas,
por meio do cruzamento de dados entre os relatórios técnicos	e os
retornos dos usuários e suas famílias.	
AVALIAÇÃO Entrevistas e feedback: Os usuários e suas famílias serão cons	ulta-
dos periodicamente para avaliar o impacto das ações propostas	em
sua vida cotidiana, garantindo que suas percepções sejam inco	rpo-
radas ao processo avaliativo.	
Reuniões de avaliação interna: A equipe técnica realizará encor	tros
periódicos para refletir sobre a efetividade das discussões de c	aso,
identificando lacunas no atendimento e propondo ajustes metod	oló-
gicos. Inserção de registros no SIGM.	

ATIVIDADE 9	Referenciamento/encaminhamento
	A atividade consiste em avaliar a necessidade de encaminhar o
	atendido ou a família para a rede de serviços socioassistenciais.
	Para que esta ação seja eficaz, é necessário fazer um mapeamento
DESCRIÇÃO	da rede de serviços locais e dialogar com os atores envolvidos,
	buscar identificar quais os serviços ou profissionais que compõe a
	equipe envolvida garantindo um atendimento completo e integrado.
	Após o encaminhamento, é realizado o acompanhamento contínuo
	para garantir que o atendido tenha acesso efetivo aos serviços.
	Isso pode envolver visitas de acompanhamento e reuniões com a



	equipe técnica.
	O atendido e/ou sua família são envolvidos em todas as etapas do
	·
	processo, o que favorece a aquisição de autonomia e empodera-
	mento para tomada de decisões.
PERIODICIDADE	De acordo com a demanda
	Identificar e documentar todos os serviços socioassistenciais dis-
	poníveis na comunidade e regiões do município a partir do início da
	execução do Termo de Colaboração.
	Realizar encaminhamentos adequados a 100% dos atendidos que
	necessitarem.
	Garantir o acompanhamento contínuo de todos os atendidos enca-
META	minhados, com visitas periódicas e reuniões com a equipe técnica,
META	a fim de monitorar o acesso efetivo aos serviços.
	Garantir que 100% dos atendidos e suas famílias sejam ativamente
	envolvidos nas etapas de avaliação, encaminhamento e acompa-
	nhamento, promovendo autonomia e empoderamento no processo.
	Realizar reuniões de feedback com 100% dos atendidos e familia-
	res.
	Monitoramento de resultados: Serão avaliados os encaminhamen-
	tos efetivados e a adesão dos usuários às estratégias propostas,
	por meio do cruzamento de dados entre os relatórios técnicos tanto
	do serviço para onde foram encaminhados quanto dos relatórios
~	técnicos da equipe da instituição e os retornos dos usuários e suas
AVALIAÇÃO	famílias.
	Entrevistas e feedback: Os usuários e suas famílias serão consul-
	tados periodicamente para avaliar o impacto das ações propostas
	e se o processo contribuiu para a melhoria de sua qualidade de
	vida e autonomia. Esta avaliação pode acontecer através de
	vida o adionomia. Esta avallação pode acontecei atraves de



conversas ou através de questionários.

Reuniões de avaliação interna: A equipe técnica realizará encontros periódicos para refletir sobre a efetividade das discussões de caso, identificando lacunas no atendimento e propondo ajustes metodológicos.

Registro no SIGM.

ATIVIDADE 10	Registro de dados SISNOV
	A notificação no SISNOV é uma atividade essencial para registrar
	e monitorar casos de violência. Essa prática integra esforços inter-
	setoriais e interinstitucionais, permitindo o acompanhamento e a ar-
	ticulação de ações protetivas e preventivas para usuários em situ-
	ação de vulnerabilidade. A estratégia metodológica baseia-se na
	identificação precoce de situações de violência, por meio da escuta
	qualificada durante o atendimento individual e familiar, além da
~ ~ ~	análise detalhada dos relatos e observações de sinais de risco.
DESCRIÇÃO	A execução envolve o registro imediato dos casos suspeitos ou
	confirmados de violência no SISNOV, respeitando critérios éticos,
	o sigilo e a legislação vigente. São registrados casos de violência
	física, sexual, psicológica, negligência, abandono, violência do-
	méstica, entre outros, envolvendo a pessoa com deficiência e sua
	família. A equipe técnica utiliza o sistema para alimentar dados pre-
	cisos, garantindo a correta identificação e encaminhamento às re-
	des de proteção.
PERIODICIDADE	Conforme a demanda
	Registrar dados por meio eletrônico: Garantir que 100% dos casos
META	suspeitos ou confirmados de violência identificados sejam



	registrados de maneira adequada e tempestiva no sistema eletrô-
	nico SISNOV, assegurando a precisão e integridade das informa-
	ções.
	Realizar encaminhamentos adequados: Assegurar que os casos
	notificados sejam acompanhados de encaminhamentos eficazes
	para serviços de proteção, saúde, segurança e assistência social,
	conforme a necessidade de cada situação, garantindo respostas
	ágeis e integradas à rede de atendimento.
	Acompanhamento de encaminhamentos realizados: A eficácia dos
	encaminhamentos será avaliada por meio do acompanhamento
	dos casos notificados, verificando se os usuários foram direciona-
	dos aos serviços adequados (saúde, segurança, assistência social)
	e se as respostas foram efetivas. Indicadores como a taxa de en-
	caminhamentos realizados e concluídos serão utilizados para essa
AVALIAÇÃO	avaliação.
	Consulta à rede intersetorial: O diálogo com os serviços que com-
	põem a rede de atendimento será fundamental para avaliar o im-
	pacto das notificações e os desdobramentos dos encaminhamen-
	tos realizados, identificando lacunas e boas práticas. Registro no
	SIGM.

ATIVIDADE 11	Participação em processos de supervisão/assessoria externa
DESCRIÇÃO	A Supervisão Técnica no SUAS é um espaço de articulação entre
	o supervisor externo e os gestores e trabalhadores do serviço, pro-
	movendo reflexão sobre processos de trabalho, práticas profissio-
	nais e articulações territoriais e intersetoriais. Seu objetivo é ofere-
	cer subsídios técnicos e éticos para melhorar a qualidade dos ser-
	viços, programas e a gestão do sistema, potencializando a



	proteção social e a garantia de direitos. A supervisão visa ressigni-
	ficar as ofertas de Assistência Social, fomentando práticas que
	atendam às demandas locais de forma integrada e inclusiva. A me-
	todologia inclui ciclos formativos, oficinas e rodas de conversa.
	Através de diagnósticos colaborativos e escuta ativa, busca-se ali-
	nhar as práticas às realidades locais e fortalecer a corresponsabili-
	dade na construção de alternativas para os desafios da assistência
	social.
PERIODICIDADE	02 horas semanais
	A meta da supervisão técnica é garantir a qualidade e a efetividade
	dos serviços na assistência social, alinhando as práticas aos prin-
	cípios e objetivos do Serviço de Proteção Social Especial de Média
	Complexidade. Qualitativamente, busca-se fortalecer as competên-
	cias da equipe com orientações, acompanhamento contínuo e ca-
META	pacitações, promovendo melhorias no atendimento às pessoas
	com deficiência e suas famílias. A supervisão também visa criar um
	ambiente colaborativo, incentivando a reflexão crítica e a busca por
	soluções inovadoras para os desafios locais. Quantitativamente, a
	meta é realizar no mínimo 12 supervisões anuais e garantir a parti-
	cipação de 100% da equipe técnica.
	A avaliação da supervisão técnica será realizada para verificar o
	cumprimento das metas e o impacto na qualidade dos serviços
	prestados. Utilizando abordagens qualitativas e quantitativas, será
	possível obter um diagnóstico detalhado. Qualitativamente, serão
AVALIAÇÃO	feitos entrevistas, questionários e feedbacks com a equipe, anali-
3	sando a eficácia das orientações, a relevância das capacitações e
	o impacto no desempenho profissional. Estudos de caso ajudarão
	a identificar avanços e lacunas nas práticas de atendimento. Quan-
	titativamente, serão acompanhados indicadores como número de
	<u> </u>



supervisões, participação da equipe e capacitações implementadas. Relatórios, atas e registros de capacitação serão utilizados para consolidar as informações. Essa combinação de estratégias permitirá ajustar continuamente as práticas, garantindo a melhoria no atendimento e a qualificação profissional.

Registros no CIPS.

ATIVIDADE 12	Visitas domiciliares
	A visita domiciliar tem como objetivo aproximar os serviços do am-
	biente familiar, oferecendo um acompanhamento mais próximo e
	personalizado. Baseia-se na escuta qualificada, no fortalecimento
	de vínculos e na identificação das necessidades e potencialidades
	da pessoa com deficiência e sua família. A visita é planejada de
	forma participativa, respeitando a dinâmica familiar e promovendo
	uma abordagem ética e centrada nos direitos. A execução é divi-
DESCRIÇÃO	dida em etapas: planejamento com base nas informações prelimi-
	nares, observação do ambiente e interação com a família, e levan-
	tamento de fatores que possam interferir no processo de reabilita-
	ção. Após a visita, são registradas as informações e discutidas es-
	tratégias para atender às demandas identificadas. Os usuários e
	suas famílias são envolvidos em todo o processo, garantindo seu
	protagonismo e fortalecendo sua autonomia e a rede de suporte
	familiar.
PERIODICIDADE	Mensal ou conforme a demanda
	Visitar uma família por mês, com a possibilidade de visitar outras,
	caso exista a necessidade.
META	Identificação de demandas socioassistenciais: Levantar informa-
	ções sobre as condições de vida, necessidades e potencialidades



_	1
	dos indivíduos e famílias no território, garantindo um diagnóstico
	situacional completo e atualizado.
	Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários: Promover o
	diálogo, mediação de conflitos e estratégias que incentivem a con-
	vivência familiar e a inserção social, conforme identificado no Plano
	de Acompanhamento Familiar.
	Promoção da autonomia e inclusão social.
	Qualitativamente, será realizada a análise das mudanças observa-
	das no ambiente familiar e na dinâmica entre seus membros, a par-
	tir de relatos coletados durante as visitas e entrevistas semiestru-
	turadas. Será avaliado o impacto das intervenções na promoção da
	autonomia, melhoria na qualidade de vida e acesso a direitos da
	pessoa com deficiência e da família. A escuta ativa e o feedback
	dos usuários sobre a qualidade das visitas e a adequação das
AVALIAÇÃO	ações propostas serão essenciais nesse processo.
	Quantitativamente, os indicadores incluirão o número de visitas re-
	alizadas em relação ao planejamento inicial, o percentual de famí-
	lias atendidas conforme as metas, e a quantidade de encaminha-
	mentos e serviços efetivados após as visitas. Registros em relató-
	rios técnicos e fichas de acompanhamento serão utilizados para
	monitorar o cumprimento dos objetivos e verificar a adesão às
	ações acordadas. Registro no SIGM.

ATIVIDADE 13	Participação em reuniões com a Gestão do Serviço		
	A participação em reuniões com a gestão do serviço de assistência		
~	social tem como objetivo central o alinhamento das estratégias me		
DESCRIÇÃO	todológicas e a definição da forma de execução das atividades.		
	Esse processo de participação ativa fortalece a gestão, a		



	transparência e a qualidade na implementação das políticas públi-	
	cas.	
PERIODICIDADE	Conforme agendamento pela gestão	
	A meta da atividade de participação em reuniões com a gestão do	
	serviço de assistência social visa o alinhamento contínuo das estra-	
	tégias metodológicas e a definição clara da execução das ativida-	
	des no âmbito da proteção social, especialmente no serviço de pro-	
	teção especial de média complexidade. A participação ativa nas	
	reuniões busca garantir que as ações sejam desenvolvidas de ma-	
	neira integrada, coerente e eficiente, promovendo a transparência	
	no processo de gestão e a qualificação do atendimento aos usuá-	
	rios, com foco na habilitação e reabilitação de pessoas com defici-	
META	ência e suas famílias.	
	Qualitativamente, a meta consiste em fortalecer a articulação entre	
	os profissionais da gestão, os técnicos responsáveis pela execução	
	dos serviços e as famílias atendidas, assegurando que as políticas	
	públicas sejam implementadas de forma acessível e inclusiva. Além	
	disso, busca-se garantir que as discussões nas reuniões resultem	
	em decisões práticas que atendam de forma eficaz às necessida-	
	des dos usuários e que haja uma avaliação constante dos serviços	
	prestados.	
	A avaliação da atividade de participação em reuniões com a gestão	
	do serviço de assistência social será realizada por meio de um pro-	
AVALIAÇÃO	cesso contínuo e multidimensional, considerando tanto aspectos	
3	qualitativos quanto quantitativos.	
	Registros no CIPS.	
	l	

ATIVIDADE 14	Participação da equipe que compõe o quadro de RH do plano	
ATTVIDADE 14	de trabalho em atividades de capacitação/formação	



	A participação da equipe de Recursos Humanos (RH) em atividades
	de capacitação visa aprimorar as competências técnicas e compor-
	tamentais dos profissionais que atendem pessoas com deficiência
	e suas famílias, com foco em habilitação e reabilitação. As capaci-
	tações garantem que os membros da equipe RH estejam atualiza-
	dos sobre as melhores práticas em gestão de pessoas, políticas
DESCRIÇÃO	públicas de assistência social e metodologias de atendimento inclu-
,	sivo e de alta qualidade. Os temas abordados incluirão habilidades
	interpessoais, gestão de conflitos, comunicação eficaz, direitos da
	pessoa com deficiência e acolhimento. A participação ativa do RH
	nessas atividades contribui para uma gestão mais eficiente, inclu-
	siva e alinhada com os objetivos das políticas públicas de assistên-
	cia social, garantindo um atendimento digno e de qualidade.
PERIODICIDADE	Semestral
	Aumentar a capacidade da equipe de RH em gerenciar de forma
	mais eficaz as demandas dos serviços de assistência social e de
	proteção especial.
	Melhorar o entendimento dos profissionais sobre as necessidades
	específicas das pessoas com deficiência, capacitando-os a ofere-
	cer suporte adequado tanto a nível técnico quanto humano.
	Garantir que, ao final das atividades de capacitação, a equipe RH
META	possua maior capacidade de implementar estratégias que promo-
	vam a inclusão e a reabilitação de forma eficaz.
	Obter um índice de participação mínima de 90% dos membros da
	equipe RH nas atividades de capacitação.
	Avaliar a melhoria nas competências da equipe por meio de testes
	e avaliações de desempenho, com a expectativa de uma taxa de
	80% de aprovação em cada módulo.
	ı



AVALIAÇÃO

Serão aplicados questionários e entrevistas com os participantes da capacitação para avaliar o impacto das atividades no desenvolvimento de suas habilidades. O feedback coletado ajudará a verificar se as competências adquiridas estão sendo aplicadas no dia a dia e se contribuem para a melhoria no atendimento. A análise qualitativa observará mudanças nas interações da equipe de RH com a equipe técnica e com as famílias, além de verificar se as competências de gestão e acolhimento melhoraram. A avaliação quantitativa considerará a frequência nas capacitações, a porcentagem de conclusão dos módulos e a média das notas nos testes. Também será analisado o impacto no desempenho da equipe, acompanhando indicadores como tempo de resolução de demandas e satisfação dos colaboradores. Relatórios periódicos e registros no CIPS monitorarão a aplicação das habilidades adquiridas, com a expectativa de aumento de 15% nos indicadores de desempenho da equipe.

ATIVIDADE 15	Elaboração de PIFA – Plano Individual de Atendimento Familiar
DESCRIÇÃO	A elaboração do PIFA (Plano Individual de Atendimento Familiar) no serviço de proteção especial de média complexidade visa oferecer um atendimento personalizado às famílias de pessoas com deficiência. A atividade segue uma abordagem centrada na família, considerando suas condições socioeconômicas e particularidades. O plano é construído por meio de entrevistas, observações e avaliações psicossociais, com a participação ativa dos familiares e usuários. A equipe técnica coleta informações sobre as necessidades, limitações, potencialidades da pessoa com deficiência e as expectativas da família. O PIFA é desenvolvido de forma colaborativa, respeitando as preferências e prioridades da família. Seu objetivo é



	promover a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência,	
com metas claras de habilitação e reabilitação, que sei		
	nhadas e ajustadas conforme necessário. O envolvimento dos u	
	ários assegura soluções eficazes que melhoram a qualidade de vid	
	e fortalecem o suporte familiar.	
PERIODICIDADE	Semestral	
	A meta da atividade de elaboração do PIFA (Plano Individual de	
	Atendimento Familiar) visa alinhar estratégias de atendimento à	
	pessoa com deficiência e sua família, garantindo uma execução	
	personalizada das atividades de habilitação e reabilitação. O plano	
	busca atender às necessidades e desejos das famílias, promovendo	
	sua participação em todas as etapas. A meta inclui a criação de um	
	plano individualizado para100% dos usuários, que considere limita-	
META	ções e potencialidades da pessoa com deficiência, com metas cla-	
III III	ras de reabilitação e inclusão social. Além disso, a atividade visa	
	fortalecer a gestão do serviço, promovendo transparência nas deci-	
	sões e qualidade na implementação das políticas públicas. O pro-	
	cesso de elaboração do PIFA deve resultar em um atendimento efi-	
	caz, com impacto positivo na vida da pessoa com deficiência e no	
	fortalecimento do suporte familiar, garantindo uma abordagem hu-	
	manizada e integrada.	
	A avaliação do PIFA será contínua, focando no acompanhamento	
	das metas estabelecidas, na efetividade das ações e no impacto na	
	qualidade de vida da pessoa com deficiência e sua família. A avali-	
AVALIAÇÃO	ação será qualitativa e quantitativa, garantindo uma análise abran-	
	gente do processo.	
	Avaliação Qualitativa: Acompanhará por meio de entrevistas com os	
	membros da família, observando mudanças no atendimento e	



inclusão social, e por visitas domiciliares e reuniões periódicas com a família. A percepção sobre a melhoria da autonomia e qualidade de vida será central.

Avaliação Quantitativa: Incluirá indicadores como número de metas alcançadas, frequência de acompanhamento, evolução em saúde e educação, e satisfação da família com os serviços prestados. A análise do tempo de implementação e o impacto na redução de barreiras de acesso também será feita, assim como, os registros no SIGM.

Com base nessas avaliações, ajustes serão feitos no PIFA para garantir que ele continue atendendo às necessidades da família, promovendo inclusão, autonomia e qualidade no atendimento.

7. Descrição das estratégias de articulação em rede socioassistencial e intersetorial:

Identificação do parceiro com o qual manterá articulação	Descrição do tipo de articulação
Organizações da Sociedade Civil	Encaminhamentos, reuniões e atividades conjuntas, discussões de casos, envio e recebimento de relatórios.
Fundação FEAC	Termo de Parceria, convênio financeiro, assessoria e consultoria, capacitações.
CRAS, DAS e CREAS	Referenciamento e contra-referenciamento, envio de relatórios, reuniões para discussão de casos.
Secretaria Municipal de Saúde	Referenciamento e contrareferenciamento.
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Campinas	Levantamento de informações, referenciamento, participação em eventos.
CMAS	Participação em reuniões, recebimento de comunicados, orientações e diretrizes.



Rede Intersetorial	Participação em reuniões.		
Secretaria Municipal de Educa- ção	Reuniões, referenciamento e contra-referenciamento, capacitação de profissionais.		
Conselho Tutelar	Relatórios, notificações, encaminhamentos, acompanhamento e discussão de casos.		
Ministério Público	Encaminhamentos e orientações.		
Defensoria Pública	Encaminhamento de usuários.		
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	Termo de Colaboração, participação em reuniões e eventos, relatórios, conferência, capacitação, monitoramento e prestação de contas.		
Instituições de Socioaprendiza- gem	Encaminhamento de usuários para inserção no mercado formal de trabalho.		

## 8. Recursos Humanos (equipe de referência mínima e outros profissionais que atuam no serviço - se houver)

Nome do(a) profissional	Escolaridade Formação	Cargo ou fun- ção no serviço	Carga Horária semanal no ser- viço	Forma de contratação (CLT, RPA, MEI,voluntário)
Carolina Fernanda de Oliveira	Superior com- pleto	Educador Social em Orientação e Mobilidade	40:00	(CLT)
Gisleine Romero de Souza	Superior completo	Assistente So- cial	30h00	(CLT)
Keyla Ingrid de Andrade Teixeira	Superior completo	Psicóloga	10h00	(CLT)
A contratar	Superior Completo	Coordenador Técnico	08h00	(CLT)



A contratar	Superior com- pleto	Assistente So- cial	10h00	(CLT)
A contratar	Superior completo em Serviço Social ou Psicologia e mais de 5 anos de experiência no SUAS	Supervisor Téc- nico	02h00	
A contratar	Superior Completo	Psicóloga	30h00	(CLT)

#### 9. Previsão de receitas:

Valor de Fonte Municipal (FMAS): R\$ 296.585,52

Valor de Fonte Estadual (FMAS): R\$ Valor de Fonte Federal (FMAS): R\$

Total: R\$ 296.585,52

10. Previsão de despesas (Plano de Aplicação dos recursos):

Natureza da despesa	Valor total (R\$)
Folha de pagamento	R\$ 167.978,16
Material de consumo	
Material permanente	
Pessoal, encargos e auxílios	R\$ 110.607,36
Serviço de terceiros – Pessoa Física	
Serviço de terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 18.000,00
Total:	R\$ 296.585,52

**11. Previsão de rateio de despesas administrativas:** Não haverá rateio de despesas administrativas.

Campinas, 12 de fevereiro de 2025.





Mariângela Serra von Zuben Presidente